

NOVO GOVERNO

Desmonte em todas as áreas

Grupos técnicos da equipe de transição apontam cenário alarmante em setores estratégicos e falta generalizada de verbas

» VICTOR CORREIA

Waldemir Barreto/Agência Senado



Enquanto integrantes da equipe de transição correm contra o tempo no Congresso para aprovar a PEC que libera recursos do Orçamento de 2023, o consenso entre os grupos técnicos do novo governo é de que falta dinheiro para quase todas as áreas estratégicas e de que houve um desmonte generalizado por parte da atual gestão.

Na avaliação de membros dos grupos, apesar das críticas, há, sim, espaço no Orçamento para aumentar os gastos em comparação ao valor previsto para o próximo ano, já que o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Parlamento um cálculo menor do que ele próprio deveria gastar em 2023, se tivesse sido reeleito.

“Posso adiantar que, do grupo de Desenvolvimento Regional, o cenário que estamos recebendo para o futuro governo é bem alarmante”, declarou, ontem, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ao chegar ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) para a reunião do grupo técnico. Ele informou que a equipe que integra já teve acesso aos dados preliminares divulgados pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional.

Uma das informações mais preocupantes, segundo o parlamentar, é que o Orçamento de 2023 prevê apenas R\$ 120 milhões para obras de contenção de acidentes e desastres naturais na área da Defesa Civil. O montante é quase seis vezes menor do que o gasto pelo governo Bolsonaro em 2021, que foi de R\$ 700 milhões.

Outra menção foi ao aumento dos recursos alocados pela pasta para serem enviados ao

Cada dado que a gente recebe, de cada pasta, o cenário é de maior calamidade”

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), senador e integrante do grupo de Desenvolvimento Regional

Congresso como emendas parlamentares. Em 2018, a porcentagem era de 19%. Já neste ano, chegou a 64%. “Cada dado que a gente recebe, de cada pasta, o cenário é de maior calamidade”, enfatizou Randolfe.

O grupo de trabalho da Previdência também apontou desmonte do setor. Segundo José Pimentel — ex-ministro da Previdência e integrante da equipe —, a principal necessidade é de retorno dos sistemas informatizados que funcionaram entre 2009 e 2015. “Vamos investir em TI (tecnologia da informação).

Aliás, retomar o que foi abandonado”, afirmou.

Pimentel também frisou que o novo governo vai frear a privatização da Dataprev, empresa estatal que desenvolve tecnologias voltadas ao processamento e pagamento de todos os benefícios sociais brasileiros. A companhia foi enviada pelo governo Bolsonaro para o rol de privatizações, assim como o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

“Primeiro, tem de ver como está a estrutura. Sei que a Dataprev saiu da Previdência, foi para o Ministério da Economia.

E lá foi incluída no rol de privatizações. Com isso, não tem como melhorar o atendimento”, argumentou.

Queixa semelhante tem o grupo de trabalho de Direitos Humanos. A equipe apontou desmonte de políticas públicas para promoção da igualdade racial (de 2019 a 2021, o montante foi reduzido oito vezes) e para os direitos das mulheres (queda de 46% entre 2020 e 2021). Os dados são de levantamento publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), eço do ano.

Diálogo na revisão do teto

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI) afirmou, ontem, que a revisão do teto de gastos pelo novo governo será feita com diálogo e responsabilidade, e não de forma “atabalhoadada”. O ex-governador do Piauí, um dos principais porta-vozes do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em assuntos econômicos, disse que há quase um consenso de que a âncora fiscal precisa ser revista. O teto é a regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

“O teto causou um conjunto de efeitos colaterais que engessam o país. Então, há necessidade de uma revisão, que vai ser trabalhada pelo diálogo, não vai ter nada feito de forma atabalhoada, vai ter muita responsabilidade”, declarou Dias, em entrevista à GloboNews.

Consenso

Segundo ele “tem já quase que um consenso no Brasil, o próprio ministro Paulo Guedes, pessoas do Congresso Nacional, de diversas linhas de pensamento da economia, o setor privado, vários partidos de que a âncora sustentada no teto... simplesmente, o teto, desde o primeiro ano, já furou. Ou seja, você teve de fazer alterações”.

De acordo com o senador eleito, ainda há tempo para se discutir a regra fiscal neste ano. O mais urgente, na visão dele, é aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira o Bolsa Família do teto de gastos.

Receita prevista de R\$ 2,3 tri

O relatório de receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 mantém a previsão de arrecadação do governo federal no ano que vem em R\$ 2,3 trilhões. No parecer entregue, ontem, à Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator, deputado Hélio Leite (União Brasil-PA), preferiu não alterar as projeções devido a “incertezas” sobre as decisões que serão tomadas pelo novo governo.

Foram acatadas apenas emendas que restabelecem a previsão de receita da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), mas que têm pouco impacto no valor final.

Na mensagem que encaminhou o Orçamento de 2023, o governo federal explicou que não previu a receita porque a ideia era extinguir o tributo, pago pelo próprio setor. O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) foi autor de uma das seis emendas que pedem a volta da contribuição na previsão orçamentária. Segundo ele, o tributo existe desde 1966 e é uma importante fonte para as atividades cinematográficas.

Pagamento

Pelo regime do teto de gastos, toda receita extra que for alcançada em 2023 deve ser destinada para o pagamento da dívida pública. O refinanciamento da dívida vai consumir outros R\$ 2 trilhões em receitas financeiras no ano que vem. O projeto estima que, para 2023, as despesas com custeio e investimentos devem superar as receitas de impostos em R\$ 63,7 bilhões. Ou seja, o resultado final será um déficit.

“Consideramos adequados os parâmetros constantes do PLOA. Embora existam prognósticos mais atualizados de evolução de parâmetros e da arrecadação, absteremo-nos de incluir alterações no Orçamento de 2023 em virtude de incertezas quanto às decisões que serão tomadas pelo novo governo”, diz o deputado, no parecer.

Conforme Hélio Leite, “a aprovação da receita orçamentária nos termos propostos pelo

Executivo permitirá a continuidade da análise da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional e deixará para a nova gestão, no seu devido tempo, o anúncio de medidas para reforço dos cofres públicos com vistas à redução mais rápida do déficit público”.

O valor da receita da Condecine, de R\$ 1,2 milhão, acabou sendo retomado porque não foram identificadas medidas legislativas para sua extinção.

“Decidimos, também, por manter inalterados nas projeções os efeitos de medidas tributárias que se encontravam em discussão no Ministério da Economia quando do envio da proposta orçamentária”, afirma o parlamentar. “Alguns dos incentivos já foram formalizados e outros ainda podem ser encaminhados”, acrescenta.

Trâmite

Após a aprovação do relatório de receita, a CMO deve apresentar e votar o parecer preliminar do Orçamento; depois, os relatórios setoriais; e, por último, o parecer

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



O relator da receita, deputado Hélio Leite, manteve a previsão de arrecadação devido às “incertezas”

final, que também precisa passar no plenário do Congresso.

A expectativa é de que o Orçamento seja aprovado até 16 de dezembro. Antes, deve avançar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) negociada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da

Silva para retirar o Bolsa Família do teto de gastos — a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.

O PLOA de 2023 prevê R\$ 105 bilhões em recursos para o programa social, dentro do teto. Se o Bolsa Família ficar fora

das regras fiscais, esse montante poderá ser direcionado para outras áreas dentro do Orçamento. O PT quer garantir verbas para o aumento real do salário mínimo e para programas como o Farmácia Popular e o Minha Casa, Minha Vida, além da merenda escolar. (Agências Estado e Senado)



CONTRA A DENGUE, O SEU CUIDADO É O MELHOR REPELENTE.

Não deixe água parada em vasos de plantas, baldes, pneus, calhas, garrafas, tampas ou piscinas sem manutenção. Mantenha lixeiras e caixas-d'água sempre tampadas e os terrenos limpos e sem entulho.

